

# Moradores vão decidir destino de ferrovia

População vai opinar sobre aproveitamento da centenária Ferrovia Leopoldina, que liga a capital a Cachoeiro e ao interior do Rio

Alessandro de Paula  
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) realiza amanhã em Vitória reunião participativa para ouvir manifestações da população sobre o aproveitamento que será dado à centenária Ferrovia Leopoldina, que liga a capital a Cachoeiro de Itapemirim e a Campos dos Goytacazes (RJ).

A reunião será realizada de 14 a 18 horas, no auditório do Hotel Senac Ilha do Boi, Rua Bráulio Macedo, 417, na Ilha do Boi.

É a primeira vez que a ANTT ouve a população após o órgão publicar resolução decretando a extinção da antiga via férrea.

O assunto, na ocasião, foi divulgado por **A Tribuna** e mobilizou prefeitos e demais lideranças. Várias reuniões foram realizadas em Brasília para reverter a decisão da agência.

Pelo cronograma da ANTT, o trecho Cachoeiro x Campos seria desmobilizado já em 2014, enquanto o trecho de Cachoeiro a Vitória, apenas em 2018, após implantação da nova ferrovia EF-118, que ligará Vitória ao Rio de Janeiro pelo litoral.

O objetivo do encontro em Vitória, segundo a ANTT, é ouvir o que a população sugere quanto ao melhor aproveitamento dos trechos ferroviários existentes.

Os trechos poderão ser utilizados para trens de passageiros ou de turismo, bem como para projetos de mobilidade urbana.

No entanto, um estudo realizado



FERROVIA LEOPOLDINA: trechos seriam desmobilizados até 2018

pelo Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) aponta também a importância do atual traçado para o transporte de blocos de granito, toras de eucalipto e produtos da agroindústria, alertando que o fim do serviço poderia provocar intenso movimento de carretas nas rodovias federais e estaduais.

Na avaliação do secretário de Desenvolvimento Econômico de Cachoeiro, Ricardo Coelho, com a cobrança de pedágio na BR-101 e o

maior rigor com o peso dos veículos na rodovia, a ligação ferroviária é prioridade principalmente para o transporte de cargas pesadas como o de rochas ornamentais, por exemplo.

Além de defender a manutenção da linha férrea que passa pela região serrana, Cachoeiro também reivindica a implantação de um ramal ligando a cidade à ferrovia EF-118, uma vez que o município não é atendido pelo novo traçado.

# OMC conclui o 1º acordo comercial em quase 20 anos

BALI, INDONÉSIA

A Organização Mundial de Comércio (OMC) concluiu na manhã de ontem, em Bali, na Indonésia, o primeiro acordo comercial global em quase 20 anos.

É um pacote modesto, que inclui apenas alguns temas da ambiciosa Rodada Doha.

Ainda assim, representa um fôlego para a credibilidade da OMC.

Cuba e os países “bolivarianos” — Venezuela, Bolívia, Nicarágua — bloquearam o acordo até o último minuto, reclamando que não fazia sentido aprovar um acordo para facilitar o comércio, enquanto os



AZEVEDO: “Acordo ambicioso”

Estados Unidos têm um embargo contra os cubanos. Mas acabaram cedendo. O pacote de 10 textos é dividido em três temas: desburocratização do comércio, agricultura e promoção do desenvolvimento dos países pobres.

As estimativas otimistas calculam que o acordo pode provocar um incremento de US\$ 1 trilhão do comércio global — se as medidas para tornar portos e aduanas mais eficientes foram totalmente implementadas.

“É um acordo ambicioso. Se não fosse, não teria sido tão difícil de fechar”, disse o brasileiro Roberto Azevêdo, diretor-geral da OMC.



## HENRIQUE MEIRELLES

### Nós não temos razão

Um dos mais importantes aspectos culturais de uma nação são os valores que prevalecem nos conflitos entre o interesse individual e o público. Exemplo simbólico é o julgamento no STF dos planos econômicos, que, à primeira vista, opõe bancos e poupadores. Bancos são credores da sociedade — e sempre há má vontade com eles. Mas, ao aprofundar a discussão, surgem implicações diferentes.

Se os bancos forem derrotados, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil (empresas públicas) terão que arcar com a maior parte do custo astronômico do processo, calculado em até R\$ 180 bilhões.

Já os bancos privados perderiam capacidade de emprestar por bom tempo, com impacto muito forte na economia, no emprego e na renda da população, como vimos nos EUA e na Europa.

Estamos, portanto, numa disputa entre o interesse público e o individual, que suscita a seguinte questão: estarei melhor ganhando parte de uma ação que pode quebrar o País, causar desemprego e reduzir a renda? A resposta é não. Ninguém tem o direito de quebrar o País, como já foi dito.

Há ainda a questão do mérito. O poupador teve prejuízo e deve ser ressarcido? Por todos os cálculos que vi, não. E é possível explicar isso de forma simples.

No início do mês, num período de hiperinflação, um liquidificador custava R\$ 100. Um cidadão depositou R\$ 100 no dia primeiro para comprá-lo em 30 dias.

Como a inflação era de 50% ao mês, no final daquele período o liquidificador custaria R\$ 150.

Mas, com o plano econômico veio o congelamento de preços, e o liquidificador, após um mês, seguiu a R\$ 100.

O problema surgiu das regras de indexação da poupança. O correto seria pagar a correção do mês de acordo com a inflação do período, porém, como não existia a medição da inflação do mês corrente já no final do próprio mês, usava-se como referência a inflação do mês anterior.

Como a inflação era de 50% antes do plano, a poupança, em tese, pagaria lucro de 50% ao poupador naquele mês, o que era

insustentável. Os planos então determinaram que a poupança não pagasse a inflação anterior, mas a do mês corrente, que era zero.

Representantes dos poupadores argumentam que houve mudança arbitrária de regras. Houve, sim, mudança de regras, mas ela valeu para todos, não só para o poupador.

Na essência, essa é a situação em todos os planos. Todos os poupadores da época terão ganho relevante caso a decisão nos seja favorável.

Por outro lado, as perdas do Tesouro Nacional e da economia poderiam desencadear a famosa tempestade perfeita temida por muitos.

Essa decisão terá um caráter mais profundo do que parece e pode marcar o Brasil por muitos anos.

HENRIQUE MEIRELLES é ex-presidente do Banco Central

Publicação simultânea com a Folha de São Paulo

## Para confederação, acordo favorece indústria do País

A indústria brasileira ganhará com o acordo de facilitação de comércio fechado ontem, na Organização Mundial do Comércio (OMC), na avaliação da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Por meio de nota enviada à imprensa, a instituição salientou que o pacote multilateral aprovado em Bali (Indonésia) dará novo fôlego para a entidade internacional ao

modernizar as aduanas e reduzir a burocracia nas exportações e importações mundiais. “O acordo de facilitação de comércio do chamado Pacote de Bali reduzirá a burocracia e tornará o desembaraço aduaneiro mais rápido e mais barato para o exportador brasileiro.”

Para a CNI, o texto aprovado dá transparência aos processos de importação e exportação.